



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Pandemia, garimpo e invasões de terras indígenas em Roraima

Autoria: Eriki Aleixo de Melo (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Este texto busca descrever situações específicas de conflitos sociais envolvendo os povos indígenas do estado de Roraima no atual contexto de vulnerabilidade e desassistência que tem sido implementado nos últimos anos e que tem se agravado cada vez mais durante a Pandemia do Covid-19. Além do número de indígenas vítimas do Covid-19 na região aumentar a cada dia contabilizando oito mortes até o presente momento, registramos ainda as invasões de terras indígenas tanto por garimpeiros em busca de minérios (o caso das terras indígenas Yanomami e Raposa/Serra do Sol) como também empresários que passaram a se autointitular donos de determinadas áreas tradicionalmente ocupadas pelas comunidades. Estas invasões estão intimamente atreladas a discussões em pauta tais como a que o Supremo Tribunal Federal ? STF tem realizado, como a instituição de um marco temporal para orientar as demarcações de terras indígenas; ao PL 2633/2020 que objetiva dar títulos definitivos e anistia aos que vivem de invadir terras indígenas e desmatar a floresta amazônica; e ainda ao PL 191/2020 que tem como objetivo legalizar e regularizar a mineração em terras indígenas. Embora as referidas discussões possuam apenas caráter oficiosos, elas passaram a ter fortes repercussões no que se refere a estas invasões. Para conter o rápido aumento dos invasores, as comunidades indígenas têm acionado os Grupos de Proteção e Vigilância dos Territórios Indígenas ? GPVITI. Esta modalidade de monitoramento e fiscalização dos territórios indígenas têm se tornado essencial para garantir a proteção aos seus territórios mediante a inércia do Estado em garantir a proteção dos povos indígenas. Desta forma, buscamos elucidar como que isso tem repercutido em novas formas de controle territorial e nas redefinições de suas territorialidades específicas, bem como numa discussão sobre a autonomia dos povos indígenas em criarem meios próprios para se protegerem de invasões. Observamos ainda que as comunidades estão a mercê da própria sorte, sem nenhum retorno do órgão responsável pela



saúde indígena a âmbito nacional Secretaria Especial de Saúde Indígena ? SESAI. No Estado de Roraima os Dsei-Leste e Dsei-Yanomami ambos não têm feito o atendimento necessário e não apresentaram o plano emergencial para ajudar as comunidades. Segundo relatos das lideranças indígenas, as medidas de proteção foram feitas por iniciativas próprias e os profissionais não estão sabendo lher dá com a situação de indígenas infectados. Nesse momento, a medicina tradicional é a forma que os povos indígenas estão procurando se recuperar e prevenir do vírus.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: